Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Processo nº 10680.913630/2010-78
Recurso Voluntário
Acórdão nº 1301-005.033 – 1ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de janeiro de 2021
Recorrente EMAC ENGENHARIA DE MANUTENCAO LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Ano-calendário: 2006

MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE INTEMPESTIVA

A manifestação de inconformidade apresentada fora do prazo não instaura a fase litigiosa do procedimento administrativo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, conhecer parcialmente do recurso, na parte relativa à alegação de tempestividade, para, na parte conhecida, negar-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

Heitor de Souza Lima Junior - Presidente

(documento assinado digitalmente)

José Eduardo Dornelas Souza - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Giovana Pereira de Paiva Leite, José Eduardo Dornelas Souza, Lizandro Rodrigues de Sousa, Lucas Esteves Borges, Mauritania Elvira de Sousa Mendonca (suplente convocado(a)), Heitor de Souza Lima Junior (Presidente). Ausente(s) o conselheiro(a) Bianca Felicia Rothschild e o conselheiro(a) Rafael Taranto Malheiros.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto em face do Acórdão nº 02-41.675, proferido pela 2ª Turma da DRJ/BHE, que, por unanimidade, não conheceu da manifestação apresentada, por intempestividade.

De acordo com o autos, a recorrente transmitiu Per/Dcomp, por meio do qual, compensou crédito oriundo de saldo negativo de CSLL, no valor de R\$ 90.449,13, com débitos de sua responsabilidade. Na composição do referido saldo negativo informou-se retenções na fonte e pagamento via DARF:

A Autoridade Fiscal, mediante Despacho Decisório, reconheceu apenas o crédito no valor de R\$ 6.215,09, homologando parcialmente a compensação declarada. Nos termos do Despacho, foram confirmadas parcialmente as retenções e integralmente o pagamento.

Cientificado em 15/10/2010, o sujeito passivo apresentou manifestação de inconformidade, onde expõe as suas razões de discordância, pugnando pelo provimento de sua pretensão.

A Manifestação de Inconformidade não foi conhecida, por intempestiva, conforme sintetizado pela seguinte ementa:

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Ano-calendário: 2006

MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE INTEMPESTIVA

A manifestação de inconformidade apresentada fora do prazo não instaura a fase litigiosa do procedimento administrativo.

Manifestação de Inconformidade Não Conhecida

Crédito Tributário Mantido

Ciente do acórdão recorrido, e com ele inconformado, a recorrente apresentou, tempestivamente, recurso voluntário, onde renova seu pleito, pugnando pelo conhecimento e provimento do seu recurso.

É o relatório.

Voto

Conselheiro José Eduardo Dornelas Souza, Relator.

Da Tempestividade da Manifestação

O recurso é tempestivo, devendo ser conhecido apenas com relação à alegação de tempestividade da manifestação, o que passo a apreciá-la.

O cerne da discussão relaciona-se com a tempestividade da Manifestação de Inconformidade apresentada pela interessada, mas não há dúvidas de que a defesa foi protocolizada em 19/11/2010. A cizânia se refere à data do recebimento da intimação do Despacho Decisório.

Por um lado, a DRJ aponta a intempestividade da Manifestação, ante ao fato de que o Contribuinte fora intimado em 15/10/2010, e do outro, sustentando a tempestividade, a Recorrente afirma que recebeu em 21/10/2010.

Vejam os contribuintes. De acordo com suas razões, a prova de que recebeu a intimação de 21/10/2010 reside numa cópia de extrato emitido. Veja-se o documento:

MG BELO HORIZONTE DRF

Fl. 8895

Busca Dados no G.P. e Mostra Resultados Página 1 de 1

Data: 16/11/2010 Hora: 16:53 Usuário: LINCOLN DA LUZ RIBEIRO FERREIR

Consulta Postagem por: NI 1915765000173; AR Normal e Especial; Sistema: Todos

CNPJ:	19.157.650/0001-73	Tipo Postagem	AR Especial
Contribuinte	EMAC ENGENHARIA DE MANUTENCAO LTDA		
Endereço	RUA TAPERI 560		
Bairro	JARDINOPOLIS		
Município	BELO HORIZONTE		
CEP	30532050	UF.	MG
Lot. Emissão	120	Exercício	2010
Sistema	34707 SCC-COMUNICACAO		
Data Emissão	05/10/2010	Data Postagem	
Nº Distribuição		Região Fiscal	06ª
Tipo Lançamento	Pedido Esclarecimento	UA Destino	0610100
Situação	Em Trânsito	Data da entrega (informação ECT)	21/10/2010
Motivo		Imagem	☒
		Nº ECT	887093858

Pelo que percebi, refere-se a um extrato emitido pelo SUCOP. Analisando tal documento, percebo que na data em que anotado o recebimento, o AR não tinha retornado, uma vez que inexistia imagem do AR nesta data, sendo ela inserida após.

A imagem encontra-se consignada aos autos, nas folhas 3.200, e revela que a ciência ocorreu de fato em 15/10/2010. Confira-se:

MG BELO HORIZONTE DRF

Fl. 3200

LOKREION AR Digital Recetta Federal

DESTINATÁRIO
EMAC ENGENHARIA DE MANUTENCAO LTDA
RUA TAPERI, 560
JARDINOPOLIS
30532-050 BELO HORIZONTE MG

AR 887093858 RF

Correspondência
CORREIOS
19.157.650/0001-73
UA: 06.101.00
PER/DCOMP - SCC

UNIDADE CARIMBO
CORREIOS
CDD 25AFAFAE
15 OUT 2010
MG

ENDERECO PARA DEVOLUCAO DO AR
Centro de Digitalização

TENTATIVAS DE ENTREGA

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (OPCIONAL)

MOTIVOS DE DEVOLUCAO

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Atenção: Após 3 tentativas de entrega, devolva o objeto

ASSINATURA DO RECEBEDOR
NOME E SOBRENOME DO RECEBEDOR

DATA ENTREGA
Nº DOC. DE IDENTIFICACAO

Sobre a intimação no processo administrativo, assim dispõe o Decreto n. 70.235/72:

Art. 23. Far-se-á a intimação:

I - pessoal, pelo autor do procedimento ou por agente do órgão preparador, na repartição ou fora dela, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar;

II - por via postal, telegráfica ou por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo;

III - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante:

a) envio ao domicílio tributário do sujeito passivo; ou

b) registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo.

(...)

§ 2º Considera-se feita a intimação:

I - na data da ciência do intimado ou da declaração de quem fizer a intimação, se pessoal;

II - no caso do inciso II do caput deste artigo, na data do recebimento ou, se omitida, quinze dias após a data da expedição da intimação.

(grifamos)

No mesmo sentido, ao dispor sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, a Lei n. 9.784/99 determina que:

Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

(...)

*§ 3º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, **por via postal com aviso de recebimento**, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.*

(grifamos)

A simples leitura dos dispositivos acima transcritos nos leva a concluir que a intimação pela via postal exige, para produção de efeitos e início da contagem para defesa, comprovação por meio de **aviso de recebimento**, documento conhecido pela sigla (AR).

Como a legislação de regência menciona expressamente o termo aviso de recebimento (A.R), não há como dar validade ao um dado de sistema de controle de postagem interno, frente ao A.R, legitimamente expedido.

Diante do exposto, acertada a decisão recorrida que considerou intempestiva a manifestação apresentada.

Conclusão

Ante o exposto, conheço do recurso voluntário na parte relativa à alegação de tempestividade, e na parte conhecida, voto no sentido de negar-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

José Eduardo Dornelas Souza